



Universidade de Brasília  
Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,  
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**A FUNÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO  
DE FILHOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

**ADRIANA SOARES DA SILVA**

ORIENTADORA: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> SUELI DE SOUZA DIAS

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília  
Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**ADRIANA SOARES DA SILVA**

**A FUNÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO  
DE FILHOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em  
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,  
do Departamento de Psicologia Escolar e do  
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sueli de Souza Dias

BRASÍLIA/2015

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

ADRIANA SOARES DA SILVA

### **A FUNÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE FILHOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> SUELI DE SOUZA DIAS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> MERCEDES VILLA CUPOLILLO

---

ADRIANA SOARES DA SILVA

BRASÍLIA/2015

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus que está sempre guiando meus passos e auxiliando todos meus projetos. Dedico a minha família e amigos que estão sempre me apoiando, dando-me forças para prosseguir e vencer os obstáculos que surgem em nossas vidas. Dedico ainda meu estudo a todas as famílias que têm pessoas com deficiência em seu lar – minha intenção é homenagear esses pais que tanto faz em prol de seus amados filhos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço com toda estima a todos aqueles que contribuíram para a elaboração deste trabalho, especialmente:

- ✓ Aos meus pais Maria do Socorro e Raimundo Soares, que em todo momento com suas palavras de apoio, fortalecem-me a realizar o que defino como bom.
- ✓ Aos meus irmãos Maria Aparecida e Elói Silva, que com suas palavras de conforto e alegria conseguem deixar o que está pesado mais leve.
- ✓ Ao meu amor Eladio Moraes em persistir em dizer que tudo daria certo.
- ✓ Aos meus amigos, especialmente, Valter, Valdicelia, Érica, Gleiciane, Manoel e Daiane pelas dicas de leitura, resumos e pelo apoio fornecido nos momentos desanimado.
- ✓ A Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sueli de Souza Dias, por todas as orientações, pelas palavras que faziam com que eu persistisse na caminhada, que em alguns momentos foi pesada, com pensamentos de que não conseguiria. De forma especial lhe digo obrigada.
- ✓ De forma especial, agradeço à família que concordou em participar de minha pesquisa.

## RESUMO

O presente trabalho apresenta uma discussão referente ao tema: *A função da família no processo de desenvolvimento de filhos com deficiência intelectual*. Teve como principal objetivo: analisar a participação da família no processo de desenvolvimento e aprendizagem de filho com deficiência intelectual. Enfatizamos, ao longo do texto, o papel da família e as funções da escola, considerando suas influências nas pessoas em desenvolvimento. Consideramos que escola e família compartilham funções sociais, políticas e de construção de aprendizagens na medida em que contribuem na formação do cidadão. Desse modo a pesquisa buscou dar visibilidade sobre a realidade da inclusão, mostrando algumas soluções possíveis para que ela realmente aconteça, tanto no ambiente familiar como no ambiente escolar, possibilitando a compreensão de que a família e a escola como instituições complementares no processo de desenvolvimento humano e inclusão. O estudo foi alicerçado na pesquisa qualitativa, que teve como instrumento definidor a entrevista semiestruturada. Através desta metodologia foi possível levantar indicadores de que a família é propulsora de conhecimento e aprendizagem que auxilia no desenvolvimento de filhos com deficiência intelectual, dados que estão expostos nos resultados e discussão da pesquisa. Assim, o referido estudo possibilitou conhecer sobre a história da deficiência, as dificuldades e conquistas das pessoas com deficiência intelectual, possibilitou ainda perceber a importância da inclusão escolar no progresso dessas pessoas e por fim possibilitou identificar que a família tem uma importante contribuição no desenvolvimento de filhos com deficiência, funções estas desde o apoio à ações práticas.

**Palavras-Chave:** Família; Escola; Desenvolvimento; Deficiência intelectual.

## Sumário

RESUMO .....	6
1 APRESENTAÇÃO.....	8
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	12
2.1 Breve histórico sobre deficiência intelectual .....	13
2.2 A participação da família no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual.....	19
2.3 Importância da relação família e escola no processo educacional das crianças ...	20
2.4 O papel da inclusão no processo de desenvolvimento da criança com deficiência intelectual.....	21
3 OBJETIVOS .....	24
Objetivo Geral.....	24
Objetivos Específicos .....	24
4 METODOLOGIA.....	25
4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia.....	25
4.2 Contexto da Pesquisa .....	26
4.3 Participantes .....	26
4.4 Materiais .....	27
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	28
5.1 Convívio familiar .....	29
5.2 O convívio social .....	32
5.3 Informações da família quanto à deficiência que a adolescente apresenta.....	34
5.4 A relação entre a família e a escola .....	36
5.5 Estratégias utilizadas pela família para o desenvolvimento e aprendizagem .....	38
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS .....	42
APÊNDICES .....	46
Aceite Institucional .....	46
Carta de Apresentação .....	47
Termo de consentimento livre e esclarecido.....	48
ANEXOS .....	49
Roteiro de entrevista .....	49

## 1 APRESENTAÇÃO

A família é uma instituição que tem grande influência no processo de desenvolvimento do ser humano. Segundo Evangelista e Gomes (2003) “A família é o primeiro e principal contexto de socialização dos seres humanos, é um entorno constante na vida das pessoas; mesmo que ao longo do ciclo vital se cruze com outros contextos como a escola e o trabalho” (p. 203). É na família que ocorrem os primeiros contatos com as brincadeiras, desenvolvimento da afetividade, reconhecimento do outro e de si mesmo. É também este o espaço no qual se aprende a lidar com normas e regras sociais, fatores que contribuem para o crescimento psicológico, potencializando desenvolvimento de conhecimentos sobre diferentes aspectos da vida e aprendizados sobre como fazer escolhas adequadas às distintas situações do cotidiano. Sobre esse aspecto Kaloustian (1988) afirma:

A família, presente em todas as sociedades, é um dos primeiros ambientes de socialização do indivíduo, atuando como mediadora principal dos padrões, modelos e influências culturais. É também considerado a primeira instituição social que, em conjunto com outras, busca assegurar a continuidade e o bem estar dos seus membros e da coletividade, incluindo a proteção e o bem estar da criança. A família é vista como um sistema social responsável pela transmissão de valores, crenças, ideias e significados que estão presentes nas sociedades. Ela tem, portanto, um impacto significativo e uma forte influência no comportamento dos indivíduos, especialmente das crianças, que aprendem as diferentes formas de existir, de ver o mundo e construir as suas relações sociais. (p. 25)

A partir das falas dos autores relatados percebemos que a família é de extrema importância para o desenvolvimento da criança, especialmente por ser a responsável por transmissão e ressignificação de crenças e valores de uma geração para outra. Outra instituição que também contribui para o desenvolvimento infantil é a escola, a qual tem a função de transmitir criticamente os conhecimentos científicos e outros acumulados ao longo da história da humanidade de forma sistematizada. Cabe destacar que o contexto escolar tem uma função que vai além de mera transmissora – é o espaço da reflexão e de construção de novos conhecimentos. Mas na atualidade, junto a essa função vieram outras atribuições que, antes definidas como sendo da família, e que agora avizinham-se dos portões escolares, motivadas, talvez, pela insegurança dos pais diante das demandas do mundo atual. A família tem buscado na escola formas para educar seus filhos, situação até bem pouco tempo restrita àquele grupo. Parece ser que a educação passa a constituir-se como de responsabilidade

compartilhada entre a família e a escola. Dessen e Polonia (2007) expõem a importância da família, e relatam que,

[...] como primeira mediadora entre o homem e a cultura, a família constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social. Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva. Os acontecimentos e as experiências familiares propiciam a formação de repertórios comportamentais, de ações e resoluções de problemas com significados universais (cuidados com a infância) e particulares (percepção da escola para uma determinada família). Essas vivências integram a experiência coletiva e individual que organiza, interfere e a torna uma unidade dinâmica, estruturando as formas de subjetivação e interação social. E é por meio das interações familiares que se concretizam as transformações nas sociedades que, por sua vez, influenciarão as relações familiares futuras, caracterizando-se por um processo de influências bidirecionais, entre os membros familiares e os diferentes ambientes que compõem os sistemas sociais, dentre eles a escola [o que se constitui como] fator preponderante para o desenvolvimento da pessoa. (p.22)

Assim, observamos que uma ponte adequada entre família e escola é essencial para o desenvolvimento e aprendizagem na infância e adolescência. As trocas internalizadas entre essas duas instituições propiciam sínteses criativas nos modos de ser e agir no mundo, possibilitando construção e apropriação do “ser cidadão” em uma dada sociedade com seus valores culturais e em determinado tempo histórico. Neste sentido, cabe um olhar especial sobre as famílias que tem crianças com necessidades educacionais especiais, sobretudo quando relacionadas a algum tipo de deficiência. Toda família busca, de diferentes formas, o que considera o melhor para seus filhos, tentando construir meios para que eles vivam com dignidade. A preocupação com o desenvolvimento dos filhos abrange cuidados com a saúde, com a escola de qualidade, com atendimentos especializados, dentre outros.

Um direito regido por lei e que as famílias estão sempre em busca é a educação para seus filhos com deficiência. Diretriz proposta na Declaração de Salamanca, a qual de acordo com Mendes (2006a) representa “o marco mundial na difusão da filosofia da educação inclusiva. A partir de então, ganham terreno as teorias e práticas inclusivas em muitos países, inclusive no Brasil” (p. 395). A Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Especiais (Brasil, 1994), estabelece os seguintes princípios,

Art. 2º Acreditamos e proclamamos que:

- Toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que não são únicas;
- Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso a escola regular, deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
- Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia todo o sistema educacional [...].

Assim, por meio deste estudo, busco fazer um levantamento teórico e interpretação das realidades familiares e as contribuições da família no processo de desenvolvimento de filhos com deficiência. O interesse em desenvolver o tema da *função da família no processo de desenvolvimento de filhos com deficiência intelectual*, está estreitamente ligada à minha prática profissional no que concerne a lidar com a eficiência de crianças com diagnóstico de deficiência, que estudam nas classes em que sou regente. Estimula-me, ainda, o presente estudo, à possibilidade de transmitir com mais clareza os conhecimentos acerca da pessoa com deficiência para os demais alunos, facilitando o acolhimento, aceitação e socialização entre eles. Acredito que os resultados do estudo auxiliarão não apenas em meu processo de formação continuada e prática pedagógica, mas também a de outros atores que atuam no processo educacional. Além disso, acredito que conhecendo as práticas cotidianas entre pais e filhos com deficiência, nós professores poderemos ficar mais atentos e, conseqüentemente, demandados a procurar métodos que desenvolvam as relações entre família e escola com a finalidade última de encontrar possibilidades de aprendizados para essas crianças. O que é um ideal para os pais, deve passar também ser um ideal da escola, como por exemplo, o desenvolvimento e aprendizagem do aluno com diagnóstico de deficiência intelectual.

A docência é uma profissão que requer muita dedicação de quem a exerce. Na referida profissão transmitimos conhecimentos científicos e colaboramos na estruturação de novos conceitos, ajudamos na construção de valores e personalidades. Para que façamos com êxito todas essas atribuições destinadas a nós professores precisamos estar sempre atualizados e bem qualificados, sendo esse o motivo pelo qual estou realizando o Curso de Especialização

Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. O este de conclusão de curso na área da inclusão, especificamente, aborda aspectos relativos às pessoas com deficiência intelectual, uma vez que estou diretamente ligada a quatro educandos que apresentam esta deficiência. Sei que eles não serão os primeiros e nem os últimos, sendo assim, necessito estar preparada para lidar com suas dificuldades e habilidades, de modo que consiga participar significativamente de seu desenvolvimento. A minha fala está pautada na minha formação como pedagoga, formada pela Universidade Federal do Acre – UFAC, em 2014. Dessa forma, com o intuito de aprimorar meus conhecimentos na área da educação especial e compreender a participação da família para essas crianças que apresentam deficiência intelectual, escolhi para desenvolver o referido tema.

O trabalho está organizado em três partes: Fundamentação teórica, Metodologia e Resultados e discussão.

A fundamentação teórica está dividida em quatro subtítulos, os quais são: *breve histórico sobre deficiência intelectual; a participação da família no processo de inclusão; importância da relação família e escola* e por último *o papel da inclusão no processo de desenvolvimento da criança com deficiência intelectual*. No primeiro, exponho um breve histórico referente a deficiência intelectual, o qual contribuiu para a construção de concepções, muitas delas ainda utilizadas na atualidade. Depois, faço uma abordagem acerca da relevante necessidade da participação da família no processo de inclusão. Em seguida, verso sobre a importância da relação família e escola no desenvolvimento do indivíduo. O último subtítulo refere-se ao papel da inclusão no desenvolvimento da criança, destacando o importante papel que a educação especial inclusiva exerce na vida de pessoas com deficiência.

Após a fundamentação teórica, apresento os objetivos, os quais nortearam a pesquisa e, em seguida, na metodologia, exponho os meios utilizados para construir os dados relevantes da pesquisa.

Na sequência, exponho os resultados que foram discutidos à luz da teoria e dos objetivos propostos, buscando construir concepções próprias acerca do tema abordado. Na discussão dos resultados, busco de forma interpretativa analisar as informações construídas no decorrer da pesquisa. Procuro, de forma crítica, contribuir com aprimoramento de conhecimentos referentes a deficiência intelectual.

Por fim, concluo o trabalho apresentando as considerações finais, onde abordo, de forma geral, os resultados da referida pesquisa, salientando as percepções formadas a partir

destes. Tais resultados proporcionaram novas percepções, conhecimentos e a partir dos quais poderão auxiliar ou estimular novas pesquisas.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A família é a primeira instituição com a qual a criança tem intensa convivência desde os seus primeiros dias de vida. Em seus primeiros anos ela passará adquirindo conhecimentos e valores que a influenciarão no desenvolvimento cognitivo, social, na aprendizagem e na personalidade. Esses conhecimentos são adquiridos também pelas crianças que apresentam alguma deficiência.

A criança com deficiência, atualmente, tem o direito de expressar-se, de participar do convívio social e educacional, diferentemente do que acontecia em tempos passados. Desde a *História Antiga*, pessoas com deficiência passaram por muitas barreiras, tais como abandono, isolamento e até foram levados à morte. No âmbito educacional, em meados do século XVIII, boa parte da sociedade consegue organizar uma percepção de que as pessoas com deficiência podem ser educadas. Então, a partir desse pensamento começam a surgir oportunidades para as pessoas com necessidades especiais, tais como atendimentos educacionais, porém de forma bastante isolada, a partir de concepções muito distante do que hoje compreendemos como inclusão escolar. As instituições, que se apresentavam como educacionais, tinham três objetivos que perduram nos dias de hoje (Bueno, citado por Dias, 2004),

O de proporcionar (...) acesso à cultura socialmente valorizada, bem como de propiciar o desenvolvimento de potencialidades e de habilidades necessárias a uma vida relativamente útil;

O de contribuir para a separação e segregação dos divergentes que atrapalhavam a nova ordem social (...);

O de conformação das subjetividades sobre os sujeitos que a ela se incorporam, através das práticas institucionais, como a internação, a autossuficiência institucional em relação ao meio social e a incorporação de funções como o trabalho em oficinas segregadas. (p.43)

O primeiro objetivo parece logo ter perdido a sua importância, dando lugar enfático à segregação com o intuito simples de afastar aqueles que eram considerados entraves sociais. O aspecto educacional que visava o desenvolvimento de potencialidades, logo se transformou

em mero treinamento em oficinas de atividades manuais. Essa transformação ajudou a afirmar a concepção de pessoas com deficiência não se desenvolveriam, não seriam passíveis de educação, mas apenas de “adestramento” Dias (2004).

Atualmente, podemos observar uma realidade diferente. Em uma perspectiva inclusiva, as escolas recebem alunos que apresentam alguma deficiência buscando auxiliá-las no que concerne ao seu desenvolvimento e aprendizagem crítica. O foco educacional não está mais na escola segregada, mas sim, naquela em que os alunos possam interagir com diferentes pares e, cotidianamente, construir processos de autonomia. Desta forma, é relevante conhecermos a história da deficiência intelectual, foco do nosso estudo, para que assim entendamos conceitos, estratégias e importância no processo de inclusão.

## **2.1 Breve histórico sobre deficiência intelectual**

As pessoas com deficiência intelectual, para conquistarem o lugar que têm hoje referente aos direitos sociais, passaram por inúmeras dificuldades históricas. Iniciaremos a apresentação sobre o percurso das percepções sobre a deficiência intelectual trazendo, de início, a referência conceitual adotada na atualidade, para que possamos compreender de forma mais crítica às modificações que aconteceram ao longo dos tempos. A deficiência intelectual, segundo a AAIDD (2011), “caracteriza-se por limitações significativas, tanto no funcionamento intelectual como no comportamento adaptativo, está expressa nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas. Esta deficiência tem origem antes dos 18 anos de idade” (p. 33). A compreensão de deficiência intelectual apresentada pela AAIDD (2011) é seguida de uma proposição de sistemas de apoios que nos permite pensar de forma mais otimista em relação a esta deficiência.

A pessoa com deficiência intelectual apresenta um atraso no seu desenvolvimento, que dificulta a aprendizagem, a realização de tarefas do dia a dia e, em algum nível a qualidade das interações sociais. A escola, em conjunto com a família, cumpre papel importante no desenvolvimento dessas habilidades, por meio de serviços de apoio, que são enfatizados pela AAIDD, quando discute o conceito e sua repercussão no cotidiano das pessoas. São esses apoios que permitem a inclusão da pessoa com deficiência aos diversos setores da sociedade de forma cidadã.

Uma vez apresentada a caracterização atual acerca da deficiência intelectual, vamos agora à evolução histórica das concepções que nortearam as vivências e as possibilidades das pessoas em diversos contextos.

As pessoas que apresentam deficiência sofreram e sofrem até hoje muitos preconceitos ou ainda são tratados de forma diferentes pelas demais pessoas da sociedade. Percepções equivocadas tomaram corpo em meio às diferentes culturas desde a História Antiga e Medieval, passando pela Idade Moderna até chegar aos dias atuais. As diferentes concepções preponderaram em determinados tempos e contextos, porém, algumas delas não deixaram de existir por completo com a construção de outras, ou apenas mudaram em suas formas de manifestar. Com relação às pessoas com deficiência intelectual na História Antiga e Medieval, Silva (1987) relata que:

Cegos, surdos, deficientes mentais, deficientes físicos e outros tipos de pessoas nascidos com má formação eram também, de quando em quando, ligados a casas comerciais, tavernas e bordéis; bem como a atividades dos circos romanos, para serviços simples e às vezes humilhantes (p. 130).

Nesse contexto, percebe-se que a história da deficiência intelectual é antiga. A referida citação de Silva (1987) apresenta atitudes de desrespeito e preconceito para com as pessoas com deficiência em tempos mais remotos. Para facilitar a compreensão da história da deficiência intelectual relataremos sobre ela por meio de períodos, considerados marcantes para a construção das concepções e conceitos atuais. Esses períodos referem-se a visão mítica, visão teológica, visão médica e visão médico-educacional, de acordo com Dias (2004).

A *concepção mítica* refere-se aos mitos em que a sociedade detinha quanto às pessoas com deficiência. Acreditava-se que as crianças que apresentavam alguma deficiência eram fruto e consequência dos pecados de seus antepassados, por esse motivo estavam passando por castigos divinos, de acordo com o que orientava Santo Agostinho (354 – 430 d.C.). Nessa mesma visão, na Grécia Antiga se nascesse uma criança considerada deficiente em uma família, ela seria abandonada ou morta.

O Estado Grego-romano ordenava que os pais sacrificassem os próprios filhos, pois certamente seriam indivíduos que prejudicariam a ordem em meio à sociedade. Platão (428-348 a.C.) demonstrava ser a favor de acolher apenas aqueles cidadãos considerados bem formados de corpo e alma. E quanto aos demais “... no que concerne aos que receberam corpo mal organizado, deixa-os morrer (...). Quanto às crianças doentes e as que sofrerem qualquer deformidade, serão levadas, como convém, a paradeiro desconhecido e secreto” (Platão citado

por Silva, 1986, p.124), pois assim se constituiria uma república perfeita, com crianças nascidas fortes e saudáveis – caso contrário, não serviriam.

Conforme Pessotti (1994), também na Europa de em meados da Idade Média, as pessoas com características físicas, ou de outra ordem, desfavoráveis deveriam ser abandonadas ou mortas. Os referidos relatos são contrários à vida daqueles julgados como diferentes. Eles retratam o desconforto que as crianças consideradas deficientes passavam nas épocas citadas, não lhes sendo garantido um direito básico, tal como supomos hoje: o direito a própria vida. O extermínio e o abandono foi o que mais marcou essa época em relação às pessoas com deficiência.

Em uma *concepção teológica*, por volta do século XIV, a concepção da sociedade quanto a pessoa com deficiência não era a de levá-la direto para a morte. Porém, também nessa época essas pessoas não estavam em uma situação totalmente tranquila, pois eram abandonadas ou asiladas, ato que também levava muito sofrimento. Passa a acontecer um misto de caridade e de castigo, uma vez que com a desculpa da proteção, traz-se, na verdade, a segregação Dias (2004).

A deficiência nessa época passava a ser compreendida de forma diferente da anterior. As pessoas nem sempre eram mortas sumariamente. Eram muitas vezes acolhidas, porém um acolhimento com direito apenas ao básico para sobreviver (alimentação, vestimentas e lugar para dormir), sem direito a uma vida social ou diálogo com as outras pessoas – viviam isoladas. Apesar da nova visão que se diferenciava de um destino quase irrevogável de morte, a concepção de que realizavam um ato de caridade para com as pessoas consideradas deficientes camuflava o caráter segregacionista e punitivo que estava envolvido naquelas situações. Vale salientar que o castigo era considerado também como caridade e uma forma de salvar almas “caridade, pois é meio de salvar a alma do cristão das garras do demônio e livrar a sociedade das condutas indecorosas ou antissociais do deficiente” (Pessotti, citado por Dias, 2004, p. 22). Podemos perceber que o pensamento mítico em relação à pessoa com deficiência não havia desaparecido por completo, coexistindo com a nova compreensão que se organizava.

Nessa mesma época, segundo Pessotti (1984), tratamentos contraditórios eram destinados aos indivíduos com deficiência intelectual. Algumas vezes eram vistos a partir da piedade cristã, assim eram cuidados e protegidos. Outras vezes recebiam o rigor moral dessa mesma cristandade, e eram penalizados com a fogueira, castigo comum, à época, às pessoas

que tinham um comportamento diferenciado do que se esperava – o que não raro acontecia às pessoas com deficiência intelectual.

Parece ser que mesmo com a Reforma Religiosa as pessoas com deficiência não conseguiram melhor sorte. De acordo com Pessotti (1984) a deficiência intelectual ainda continuava sendo considerada em alguns contextos, como feitiço ou revelação diabólica, indicando distanciamento de Deus. A compreensão ainda estava fortemente atrelada às noções de misticismo, o que demonstra que esse período continuava dominado pela visão supersticiosa sobre a deficiência.

Contudo, em meio às divergências nos modos de tratamento, também por meio da influência do cristianismo os deficientes, antes referidos como “coisas”, passaram a ser vistos como *pessoas*. Mas, apesar dessa conquista a pessoa com deficiência permanecia em condição de desvantagem em relação às outras, pois tinham menos chance de dialogar ou ainda argumentar em seu próprio favor. Sendo assim, suas palavras ficariam sempre em segundo plano, em caso de choque de informações ou ideias em relação a outrem.

Assim, observamos que a característica mais marcante desse período foram as divergências de percepções e formas de lidar com as pessoas com deficiência.

Avançando um pouco mais, aspectos científicos começam a dar um novo formato à compreensão da deficiência. Com o que se pode considerar como uma *concepção médica*, a sociedade começou a questionar sobre a verdadeira origem da deficiência, procurando afastar-se da visão mítica. Nessa mesma visão, Dias (2004) explana que,

Em 1526, o médico Paracelso escreveu a obra intitulada “Sobre as doenças que privam os homens da razão”, onde admitiu a origem patológica das demências e amências, consideradas efeitos decorrentes de traumatismos e doenças. Esta obra é considerada a primeira discussão médica sobre a deficiência mental<sup>1</sup>, dissociando a abordagem científica da teológica. (p. 25)

De acordo com Dias (2004), Cardano, outro médico da época, concordou com a ideia apresentada por Paracelso, referente à teoria médica da deficiência intelectual, porém apresentou um interesse pela educação dessas pessoas. Sem dúvida, houve nesse período uma espécie de substituição do pensamento mítico e religioso para o que podemos considerar como pensamento científico/medicinal referente a pessoa com deficiência. Com o segundo, as

---

<sup>1</sup> Deficiência mental era uma das nomenclaturas dadas ao que hoje conhecemos como deficiência intelectual. Como a mudança para a nova expressão é recente, ainda nos deparamos com a antiga em muitos escritos.

anomalias, incapacidades e falta da razão das pessoas com deficiência, passam a ser compreendidas, ou motivadas por transtornos neurais. O interesse à época não chegou a gerar transformação sobre a definição de deficiência intelectual, mas já podemos considerar como um avanço na forma de perceber a situação.

Com a concepção médica a deficiência intelectual recebe outro olhar da sociedade. A pessoa com deficiência passava a ser vista como um indivíduo que necessita de cuidados médicos e não ser abandonada, castigada ou morta, para que se construísse uma sociedade perfeita. Porém, apesar dessa conquista, os considerados deficientes ainda não tinham o direito de terem uma participação efetiva no campo educacional. Começava a surgir então uma nova preocupação. Teriam as pessoas com deficiência condições de aprender?

Na **concepção médico-educacional** as pessoas com deficiência passavam a ser compreendidas como indivíduos com dificuldades intelectuais que poderiam ser sanadas por meio do ensino. De acordo com Rodrigues (2008),

No século XVII, John Locke revoluciona as doutrinas vigentes sobre a mente humana e suas funções. Ele definiu o recém-nascido e o idiota como “*tabula rasa*” (o comportamento como produto do ambiente, que possibilita as experiências) e via, então, a deficiência como a carência de experiências. Advogava que o ensino deveria suprir essa carência. (p.10)

A visão de John Locke possibilita um repensar sobre a pessoa com deficiência intelectual. Começa-se a construir um pensamento de que as pessoas com deficiência necessitavam de ensino para suprirem a carência de ideias e contribuições intelectuais, desta forma seriam capazes de viver em sociedade.

No século XIX, com os trabalhos do médico Jean Itard, visto como o principal estudioso e teórico de Educação Especial, as pessoas com deficiência intelectual passaram a ser consideradas passíveis de serem educadas. Através dos estudos pioneiros de Itard e da contribuição de outros estudiosos do assunto tais como Édouard Séguin, discípulo de Itard, Pestalozzi, Fröebel e Montessori, cujos estudos e atividades eram dirigidos para a educação de pessoas com deficiência intelectual, foi possível ampliar as concepções sobre deficiência que ao longo dos séculos foram modificando-se, tanto como consequências das mudanças ocorridas no meio social quanto em função da evolução do meio clínico. Segundo Carneiro (2003),

Itard dedicou-se à educação de Victor, obtendo avanços significativos à medida que traçava planos pedagógicos de acordo com os progressos apresentados. O trabalho, lento e gradual, foi acompanhado de inúmeras

reflexões sobre o método que estava sendo formulado. O relato dessa experiência está ricamente descrito por Itard na obra *Memoire sur les premiers développements de Victor de l'Aveyron*, publicada em 1801. Nela encontra-se, pois os fundamentos da avaliação e da didática na área da deficiência mental. (p.15)

O trabalho de Itard possibilitou, mesmo que a partir do campo da medicina, a semente do pensamento pedagógico voltado às pessoas com deficiência intelectual. A partir dele outros médicos também investiram neste processo educacional, mas principalmente a pedagogia começou a abrir possibilidade de criação de metodologias adequadas. Vejamos agora como seguiu a educação de pessoas com deficiência intelectual a partir do século XX.

De acordo com Silva (2008) o início do século XX foi marcado por críticas à segregação e a exclusão das pessoas que apresentavam alguma deficiência. Nesse mesmo sentido, pais e familiares de pessoas com deficiência começam a buscar melhores condições de vida para os membros de suas famílias que apresentam alguma deficiência exigindo a garantia de seus direitos. A partir daí o princípio de “normalização”, ou seja, a adequação da pessoa com deficiência à sociedade foi defendida por muitos teóricos. Podemos considerar uma época de grandes avanços, com lutas em defesa da participação da pessoa com deficiência na sociedade. Sua cidadania começa a ser assegurada e respeitada, mas ainda assim as pessoas com deficiência continuavam atendidas de forma assistencial, predominando a hegemonia médica clínica. Consideramos que aquele tenha sido um período de participação parcial.

Na metade do século XX surgem as escolas montessorianas. Nessas escolas desenvolve-se o método destinado para crianças com deficiências, criado por Maria Montessori. De acordo com Rodrigues (2008) este método “parte do concreto rumo ao abstrato. Baseia-se na observação de que meninos e meninas aprendem melhor pela experiência direta de procura e descoberta” (p. 14). O ensino nessas escolas era auxiliado por materiais didáticos simples criados pela educadora, os mesmos destinados a estimular o raciocínio. Ainda no século XX, de acordo com Aranha (2001), organizam-se as escolas e as classes especiais são voltadas para o ensino do aluno, visando sua ida ou seu retorno para as salas de aula ditas normais.

A partir da década de 1970, alguns estudiosos, baseados na ideia da modificabilidade cognitiva, acreditaram no potencial de aprendizagem da pessoa com deficiência intelectual. Dessa forma, desenvolveu-se a proposta de uma educação integrada, fundamentada na possibilidade de que as escolas regulares pudessem inserir alunos que

apresentam necessidades educacionais especiais nas salas comuns. Sendo assim, por meio de todos esses progressos, transformações, descobertas e construções de pensamentos que a educação especial veio ganhando espaço até chegar os dias atuais. Hoje sabemos o quanto a referida educação é importante para o desenvolvimento das pessoas com deficiência no que se refere ao social, cultural e educacional.

## **2.2 A participação da família no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual**

A importância da família no desenvolvimento da criança é fundamental. Segundo Giorgi (1980), as primeiras aprendizagens da criança ocorrem na instituição familiar, assim, é indiscutível que a família assuma um papel primordial em sua educação. Compreendida como o primeiro e mais importante agente educativo, podemos designá-la como núcleo central do desenvolvimento global da criança em todos os aspectos, sejam eles afetivo, social, cognitivo e motor.

Sabemos que toda família precisa ter um olhar diferenciado na educação dos filhos. No entanto, quando este filho apresenta necessidades educacionais especiais, especificamente de ordem intelectual, esse olhar deve ficar mais aguçado na busca de alternativas de estimulação cotidiana, de forma a possibilitar à criança superação de suas limitações.

Segundo Beltrán et al (1990: 423) citado por Oliveira (1994) é a família que transmite às crianças os primeiros valores educativos e conhecimentos que se refletem como base para a sua vida futura, e que, possivelmente, serão alicerce para sua personalidade. Oliveira cita,

(...) uma copiosa bibliografia de psicologia antropológica e evolutiva, clínica e experimental, confirma que a família, em geral, e os pais, mais em particular, são o agente mais universal e decisivo na conformação da personalidade do homem e na sua socialização inicial, tanto de um ponto de vista cronológico, como na perenidade da sua ação educativa. (p. 19)

Confirmando essa ideia, Diogo (1998) relata que “... a família terá de ser entendida como um sistema complexo de múltiplos processos interativos com o *environnement* [ambiente]<sup>2</sup> em que se insere, e em relação ao qual não pode ser considerada, nem puramente passiva, nem absolutamente autônoma” (p. 38). Há uma troca de saberes que alimenta a família no trato com

---

<sup>2</sup> Tradução nossa.

os filhos e, da mesma forma há uma proposição da família quanto aos próprios modelos que vão sendo construídos conforme o desenvolvimento de suas crianças.

A família deve ter um papel ativo na educação da criança, participando de forma positiva e adequada em todas as etapas do seu desenvolvimento. Para que essa educação se efetive com êxito deve ser exercida em interação com outros agentes educativos que possam contribuir para esse processo educativo como, por exemplo, a escola.

Segundo Nunes (2004) a família é,

(...) a instituição primeira e permanente da vida, onde se nasce, se processa o crescimento e se constrói um projeto de vida autônomo. É a comunidade humana onde, de forma espontânea e gratuita, cada um, logo ao nascer, é reconhecido no seu caráter individual, irrepitível e insubstituível. (p. 33)

Sendo assim, é na família onde o indivíduo inicia suas primeiras experiências de interação, a qual é essencial para um ambiente familiar agradável, que possa proporcionar à criança um clima de estabilidade, favorecendo, um desenvolvimento harmonioso e agradável.

### **2.3 Importância da relação família e escola no processo educacional das crianças**

A escola e a família são instituições importantes para o desenvolvimento da criança, pois estas caminham juntas em busca do crescimento do conhecimento da mesma no que se refere ao seu desenvolvimento intelectual e social. É essa parceria que vai proporcionar à criança o desenvolvimento de autonomia para aprender a lidar com as diferentes situações cotidianas, principalmente aquelas consideradas problemas. De acordo com Rego (2003) “a escola e a família partilham funções sociais, políticas e educacionais, que colaboram para a formação do cidadão”. O mesmo autor se refere à escola como “espaço físico, psicológico, social e cultural onde os indivíduos processam o seu desenvolvimento global, mediante as atividades programadas e realizadas em sala de aula e fora dela”. Desta forma, podemos perceber que ambas as instituições contribuem de forma significativa para a vida e formação do indivíduo.

No que se refere aos estágios de desenvolvimento do aluno, o sistema escolar inclui um número significativo de interações contínuas e complexas, pois segundo Oliveira (1994) trata-se de um ambiente multicultural que abrange também a construção de laços afetivos e preparo para inserção na sociedade.

De acordo com Frias (2008) as escolas devem ter conhecimento acerca das leis sobre a inclusão, bem como da obrigatoriedade da garantia de vaga para os alunos com necessidades educacionais especiais. Sem dúvida a escola deve estar atualizada a respeito da legislação referente a inclusão escolar, conhecendo todos os direitos cabíveis a uma criança com necessidades especiais, buscando oferecer o melhor atendimento possível a este grupo de alunos. Cabe à escola oferecer profissionais qualificados e condições ambientais adequadas para o atendimento aos alunos com deficiência. Especialmente, em relação àqueles com deficiência intelectual, o empenho na busca por metodologias que estimulem as habilidades presentes é essencial. Da mesma forma, o incentivo ao convívio harmônico com pares diversos no ambiente escolar é uma necessidade para esses alunos.

De acordo com a concepção proposta por Petzolde (1996) a família não é o único contexto em que a criança tem oportunidade de experiência e ampliar seu repertório como sujeito de aprendizagem e desenvolvimento. Assim, o contato com outras crianças e pessoas diferentes das quais elas convivem em família, como por exemplo, a escola, possibilita avanços significativos para seu desenvolvimento em todas as áreas das quais apresentam necessidades.

Segundo Mahoney (2002) a escola constitui um contexto diversificado de desenvolvimento e aprendizagem, isto é, um local que reúne diversidade de conhecimentos, atividades, regras e valores que é permeado por conflitos, problemas e diferenças. Diante disso, vale apenas ressaltar que a escola não deve apenas estar atualizada da legislação referente a educação inclusiva, mas deve fazer o diferencial necessário para que a inclusão se torne uma realidade, considerando que escola e família, constituem dois contextos de desenvolvimento fundamentais para a trajetória de vida das pessoas.

Cabe relatar que a família e a escola constituem os dois principais ambientes de desenvolvimento humano. Assim é fundamental que sejam implementadas políticas que assegurem a aproximação entre os dois contextos, de maneira a reconhecer suas peculiaridades não só em relação ao aluno, mas também a todas as pessoas envolvidas.

## **2.4 O papel da inclusão no processo de desenvolvimento da criança com deficiência intelectual**

A educação inclusiva é hoje um desafio constante para as famílias e demais pessoas que buscam a igualdade para todos, principalmente igualdade para crianças, jovens e adultos

com alguma necessidade especial. De modo geral, a educação busca fomentar nos indivíduos a interação entre os pares, assim como buscam ferramentas conceituais e metodológicas para que as diferenças não sejam fatores de preconceito ou exclusão.

A inclusão social das pessoas com deficiência intelectual atribui ao conjunto da sociedade um novo olhar, um novo pensamento que nos leva a refletir sobre o papel da escola e da sociedade, como um todo, no desenvolvimento autônomo deste indivíduo. No entanto essa inclusão só será possível com criação de mecanismos que favoreçam o crescimento pessoal e social dessas pessoas no meio ao qual elas estão inseridas.

Vivemos em uma sociedade marcada por largas desigualdades sociais, econômicas e culturais. A escola é o espaço no qual é possível transcender essa condição. Seu valor versa tanto no que se alude ao desenvolvimento dessas pessoas, através da aquisição do conhecimento, quanto na criação de um ambiente que favoreça o fortalecimento da interação e o enriquecimento da identidade sociocultural. A escola deve proporcionar sua emancipação, visando sempre valorizar as potencialidades e peculiaridade individuais. Contribuindo com a reflexão acerca do significado da inclusão das pessoas com deficiência na sociedade Freitas (2008) descreve:

A inclusão desafia, pois, a mudanças, estimula a flexibilidade das relações, a redistribuição dos recursos para um mais correto aproveitamento, o trabalho em equipe, a colaboração e a cooperação, o envolvimento de toda a escola, dos pais, da comunidade, dos diferentes serviços e dos seus profissionais do sistema educativo. (p. 38.).

A inclusão social/escolar diz respeito à conquista do ambiente social mediante as interações estabelecidas com a comunidade na qual a pessoa está inserida através de uma participação real das pessoas desse grupo, proporcionando o desenvolvimento do indivíduo. Além desse papel, a escola ainda é responsável pela instrução formal, ou seja, por possibilitar ao aluno a construção do conhecimento. Esse aspecto deve acontecer também com o aluno com deficiência intelectual. Muitas vezes a inclusão em relação a esse aluno não inclui, erroneamente, a nosso ver, a instrução formal. Partindo de concepções que não consideram a capacidade de aprendizagem da pessoa com deficiência intelectual, muitas vezes não lhe são oferecidas ferramentas de construção do conhecimento. A escola deve ficar extremamente alerta para não cair nessa cilada construída historicamente.

A inclusão escolar de acordo com Mantoan (1988) é a capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de aceitar e conviver com pessoas diferentes,

compartilhando experiências que possibilitem seu desenvolvimento social e educacional. Nesse sentido, o desígnio da educação inclusiva é abraçar a todos sem restrição, principalmente os educandos que possuem algum tipo de deficiência.

A educação traz em sua essência um movimento de inclusão, ao mesmo tempo capaz de transformar vidas. A vida, como sabemos, é um processo e dessa forma requer tempo e diversas interações para que o desenvolvimento ocorra. Isto do ponto de vista biológico. Do ponto de vista do desenvolvimento psicológico não é diferente, o ser humano precisa de tempo e das mais variadas interações para que se procedam as transformações e as aprendizagens se tornem significativas. Dessa forma, podemos dizer que o processo de educação inclusiva visa o desenvolvimento humano, uma vez que é no contato com pares, em distintos modos de atuação no mundo, que cada pessoa vai elaborando suas próprias alternativas de construção de significados acerca de si e do mundo ao seu redor, conseqüentemente, apropriando-se da capacidade de aprender.

O processo de inclusão deve ser pensado por todos aqueles que trabalham de forma direta e indireta com a pessoa com deficiência, pois nossa compreensão de inclusão vai além da escola e se alastra por toda a sociedade. Nesse sentido, é importante que professores, colegas e os pais trabalhem juntos para que a interação entre todos possa ser frutífera. Neste pensamento Sasaki (1997) enfatiza que a inclusão social é o “processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade.” (p. 41). Assim se dá a interseção entre os diversos atores envolvidos no processo. Família e escola se complementam na busca pela qualidade na vida de alunos com deficiência.

É preciso romper com atitudes mesquinhas que arrebatam toda a ideia de incluir. Podemos até dizer que essa visão é superada quando olhamos para eles vemos que mesmo diferentes, no aspecto da deficiência, nos assemelhamo a cada um deles no que tange a sonhos, desejos, carinhos, a vontade de ter uma família, de ser respeitados. Esses são pontos que nos colocam numa mesma situação, onde não precisamos ter preconceito, mas sim sermos adeptos á inclusão.

Podemos perceber que as crianças que tem um acompanhamento especializado nas escolas e aconchego dinâmico na família conseguem sair de um estado de inércia para um espírito de interação e criatividade muito grande. Ou seja, sem acompanhamento, sem a interação de sala de aula o desenvolvimento das crianças com deficiência se torna muito lento. Porém, a criança quando acompanhada, o desenvolvimento sempre acontece. Muitas crianças

tiveram suas vidas mudadas por causa da inclusão. Desta forma Sasaki (1997) relata que importância da inclusão,

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambiente físico (espaços interno e externo, equipamentos, aparelho e utensílio, mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto do próprio portador de necessidades especiais. (p.42)

É importante notar que toda essa interação supracitada é parte de um processo e a pessoa com necessidades especiais deve encontrar na sociedade o caminho propício para o seu desenvolvimento através de uma educação e qualificação para o trabalho. Estando ele já inserido no processo, resta à sociedade adaptar-se às suas necessidades.

Concluimos esta seção indicando que as instituições escolares devem estar aptas a acolherem as pessoas que apresentam alguma necessidade educacional especial, com docentes bem qualificados para lidar com as diversas habilidades encontradas. Nesse pensamento, é possível afirmar que o Estado não deve apenas impor a existência de escolas com uma educação inclusiva, mas deve dar suporte para que isso aconteça com qualidade. Assim, devem os professores buscar qualificação e levar para todos os alunos um ensino de qualidade.

### **3 OBJETIVOS**

#### **Objetivo Geral**

- Analisar a participação da família no processo de desenvolvimento e aprendizagem de filho com deficiência intelectual.

#### **Objetivos Específicos**

- Identificar e interpretar, na família, ações promotoras de desenvolvimento e aprendizagem de filho com deficiência.

- Identificar e interpretar a relação entre a escola e a família de criança em situação de deficiência intelectual.

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia

Para compreender a complexidade do fenômeno a ser estudado e em busca de alcançar os objetivos propostos, optamos por uma metodologia de pesquisa qualitativa. De acordo com Minayo (1994) a pesquisa qualitativa, “... trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (p.21). Assim, a pesquisa qualitativa nos possibilita interagir e descrever o sujeito da pesquisa e a realidade.

O fenômeno em investigação foi abordado e discutido a partir da técnica de entrevista, que é um procedimento utilizado na investigação social, para a construção de dados ou para ajudar no diagnóstico ou tratamento de um problema social. De acordo com Lakatos (2010),

A entrevista é importante instrumento de trabalho nos vários campos das ciências sociais ou de outros setores de atividades, como da Sociologia, da Antropologia, da Psicologia Social, da Política, do Serviço Social, do Jornalismo, das Relações Públicas, da Pesquisa de Mercado e outras. (p. 179)

Nesse sentido, a entrevista é de grande relevância também na construção de dados referentes ao campo da pesquisa educacional, visto estar este na interface daquelas ciências supracitadas. O contexto da educação é um campo fértil de investigações, que traz em si repercussões dos espaços sociais nos quais está inserida, e para os quais deve ser fonte de transformação. Minayo (2009) versa sobre a importância da entrevista para o progresso da pesquisa,

Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa. E abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo. (p. 64)

Esses pressupostos motivaram a escolha da entrevista semiestruturada método para construir os dados da pesquisa. Comumente, neste tipo de procedimento, o entrevistador

segue um roteiro previamente estabelecido, porém não rígido, que serve apenas de orientação à conversação entre o pesquisador e o participante em torno do tema escolhido. Vale destacar que de acordo com Minayo (2009) a entrevista semiestruturada pode abordar perguntas abertas e fechadas, sendo que o pesquisador juntamente com o participante tem a oportunidade de conversar sobre o tema escolhido.

#### **4.2 Contexto da Pesquisa**

A pesquisa de campo se deu por meio de uma entrevista com a mãe de uma estudante com diagnóstico de deficiência intelectual, que serão aqui denominadas como Aline (mãe) e Amanda (filha), os referidos **nomes são fictícios**.

O local em que aconteceu a entrevista foi à casa da família, a pedido da mãe, por não poder sair de casa no período que foi previamente acordado. A mãe é quem cuida dos afazeres domiciliares e, segundo ela, gosta de deixar tudo em ordem para que quando Amanda chegue em casa ela tenha tempo de dar atenção para a mesma. A entrevista foi realizada a tarde, período em que Amanda está na escola. Além disso, a pesquisadora queria conhecer e estar no ambiente familiar da entrevistada, o que em princípio facilitaria a conversa sobre família. Durante a entrevista o ambiente estava tranquilo sem barulho. Era um local semiaberto, por se tratar de uma casa.

#### **4.3 Participantes**

Participou da pesquisa a senhora Aline, uma mãe que tem uma filha, Amanda, adolescente de 12 anos, que apresenta necessidades especiais no âmbito da deficiência intelectual e está matriculada no 3º ano de uma escola pública da rede estadual.

Aline é casada, não alfabetizada, mãe de oito filhos, trabalha no lar, e se dedica a proporcionar um ambiente harmonioso e saudável para os que ali moram. Durante a visita o ambiente pareceu harmonioso, com expressões de atitudes de respeito e valorização mútua entre os membros da família.

A família aqui estudada é composta de 10 pessoas, Amanda (adolescente que apresenta deficiência intelectual), Aline (a mãe), seu pai e seus 7 irmãos; uma família humilde

onde a mãe desempenha o papel de doméstica, os irmãos não trabalham, e o pai realiza trabalho de roçagem quando aparece algum trabalho para fazer.

Amanda é uma estudante que apresenta deficiência intelectual, tem 12 anos, estuda em uma escola pública da rede estadual no 3º ano, ela é atendida no contra turno por uma professora do AEE (Atendimento Educacional Especializado). Por consequência da deficiência, Amanda não consegue falar claramente, sua linguagem é realizada por meio de murmúrios, que na maioria das vezes não é entendida, porém, mesmo com essa dificuldade de se expressar consegue se comunicar. Quem convive com ela distingue suas vontades por meio de gestos como, por exemplo, o apontar o que quer, para onde quer ir.

#### **4.4 Materiais**

Para a realização da entrevista foram utilizados os seguintes materiais:

- Celular e câmera digital para a gravação da referida entrevista;
- Caneta e papel para possíveis anotações.

#### **4.5 Procedimentos de Construção de Dados**

Com o intuito de construir dados para o desenvolvimento da pesquisa foi realizada uma entrevista semiestruturada. Inicialmente, em período anterior à realização da entrevista, foi realizada uma visita à família para informações sobre a pesquisa e convite à participação. Durante a visita foi explanado sobre o tema em estudo e a importância do trabalho para a formação da pesquisadora, além disso, foram relatados os objetivos a serem alcançados com a pesquisa. Depois de todos os esclarecimentos, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi lido para Aline, na presença do esposo e uma das filhas. Diante da certeza de que havia compreendido, ela firmou o polegar e sua filha assinou.

Com a decisão da mãe de participar da entrevista, foram elaboradas 16 questões relacionadas: ao convívio familiar em torno da adolescente com deficiência; ao convívio social, à relação entre a família e a escola em que a adolescente estuda; às estratégias utilizadas pela família para o desenvolvimento de Amanda; informações da família quanto a deficiência que a adolescente apresenta.

A referida entrevista foi realizada na casa da participante. Vale ressaltar que durante a entrevista a participante foi novamente informada sobre os objetivos da pesquisa. A entrevista, com duração de 17 minutos e 19 segundos, foi realizada por meio de uma conversa para que a participante se sentisse à vontade e dialogasse passando, assim, informações pertinentes ao estudo em questão. Parte da entrevista foi conduzida sem a presença de Amanda. Depois de transcorridos 15 minutos, aproximadamente, do início da conversa, Amanda chegou apresentando curiosidade em saber o que estava acontecendo, porém não atrapalhou o que estávamos dialogando.

#### **4.6 Procedimentos de Análise de Dados**

Os primeiros passos executados foram a audição e transcrição da entrevista realizada pela própria pesquisadora. Após a transcrição, as questões foram separadas de acordo com assunto abordado por elas, a saber: convívio familiar; convívio social; informações da família quanto à deficiência que a adolescente apresenta; relação entre a família e a escola; estratégias utilizadas pela família para o desenvolvimento e aprendizagem da filha. Para cada tema foram selecionadas falas sobre as quais buscamos compreender as ações familiares que interferem no aprendizado de crianças com deficiência intelectual.

### **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A referida pesquisa, que trata da função da família no processo de desenvolvimento de filhos com deficiência intelectual, proporcionou percepções referentes à participação de uma família no desenvolvimento e aprendizagem, e a relação com a escola nesse processo. Tais percepções emergiram a partir das respostas da participante, em entrevista realizada no dia 07 de setembro de 2015.

Para facilitar a compreensão dos dados, que serão explanados, as perguntas serão separadas por temas: convívio familiar; convívio social; informações da família quanto à deficiência que a adolescente apresenta; relação entre a família e a escola; estratégias utilizadas pela família para o desenvolvimento e aprendizagem da filha.

## 5.1 Convívio familiar

Um bom convívio familiar é de suma importância para o progresso da criança. A convivência familiar é um direito da criança e do adolescente assegurado por lei, especificamente pela Constituição Federal, a mesma determina que a criança e o adolescente tenham o direito à liberdade, um ambiente saudável, vida humana digna, direito à convivência familiar. Esses aspectos influenciam no desenvolvimento do indivíduo. Sobre o direito ao convívio familiar a Constituição Federal rege no art. 227,

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Os constituintes foram extremamente felizes ao dedicarem um artigo designando como dever da família a proteção à criança e ao adolescente nas diferentes esferas da experiência. Também o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Brasil (1990) trata da importância da família nos cuidados com os filhos na infância e na adolescência. Para dar a dimensão desse valor, como curiosidade observamos as expressões “família” ou “familiar” anunciadas 207 vezes no texto do ECA, com suas respectivas proposições. No entanto, sabemos que a realidade do cuidado nem sempre corresponde ao conteúdo da lei. Por diversos motivos famílias negligenciam o dever legal de proteção e, muitas vezes, geram na própria estrutura familiar diferentes situações de violência. E a violência intrafamiliar acontece também com pessoas com deficiência como bem retrata Wanderer (2012; 2015).

Ao longo da entrevista a mãe relatou aspectos que davam indicadores da forma de relacionamento em família.

Pesquisadora: *Como é a sua relação com Amanda?*

Participante: *A minha relação com a Amanda é uma benção, por que eu vejo a mão de Deus todo dia. Eu falo, dá vontade de chorar.*

De acordo com a referida fala pode-se perceber que mãe e filha têm uma boa relação quando Aline relata “*A minha relação com a Amanda é uma benção...*”, ela afirma que se relaciona bem com a filha. Quando relata “*eu falo, dá vontade de chorar*” nos remete uma

percepção de sentimento de felicidade que a mãe tem ao ver sua filha atualmente. Interessante perceber aqui, traços de uma percepção mítica, não no sentido de punição, pecado ou condição diabólica, mas em seu sentido oposto – de graça, resgate, dádiva Divina, ou daquela que foi enviada para trazer alegria à família.

Pesquisadora: *E como é a convivência de Amanda com os irmãos dela?*

Participante: *Bem né! Eu gosto dela por que além dela ser uma criança com necessidades, **a gente tem dó dela**, por que ela quer as coisas, e não sabe falar. **Todo mundo fica com dó** porque a bichinha... O que era pra ela ser hoje? Eu vejo **as mãos de Deus na vida dela**. Toda vez que ela me vê, ela me chama: “mã”. Porque não sabe dizer mãe, aí ela chama de “mã”. Mas **pra mim é uma grande coisa**, porque se ela não falasse nada, né? Tem criança que não fala nada, **ela fala, a gente entende**.*

De acordo com a narrativa da mãe, Amanda ocupa lugar diferenciado na família. Sua deficiência imprime, na mãe, sentimentos de pena, que ela também atribui aos outros familiares “*a gente tem dó dela [...] todo mundo fica com dó*”. Esse tipo de sentimento surge quando o outro está em situação que se julga ser de inferioridade. Nesse sentido, a deficiência de Amanda parece colocá-la sob o julgo de posicionamentos e de percepções, por vezes equivocadas, ao ser-lhe atribuído o status de alguém digno de piedade. Por outro lado, uma pequena manifestação de fala, traz o lado religioso, a sensação apaziguadora de uma Força Superior, que ameniza o sofrimento: “... *pra mim é uma grande coisa [...], ela fala, a gente entende*”. O mal-estar causado pela situação da deficiência é redimido pela concepção de que tem uma Divindade que estende as mãos para ajudar: “*Eu vejo as mãos de Deus na vida dela*”.

Essas concepções também nos remetem ao que discutimos no nosso capítulo de fundamentação teórica, espaço em que descrevemos diferentes visões acerca das deficiências, ao longo da história. A percepção da mãe sugere resquícios de uma visão teológica, na qual pessoa com deficiência era vista como alguém que necessita ser cuidada com ares de caridade. Sabemos, conforme, discutido, por Dias (2004) e por Silva (2010), que as distintas concepções sobre pessoas com deficiência, que predominaram em determinada época, não

desapareceram por completo, mas ainda impactam modos atuais de compreensão e de atenção à pessoa com deficiência.

Pesquisadora: *No decorrer do dia, os irmãos cuidam de Amanda?*

Participante: *Cuidam e também me ajudam a cuidar.*

Pesquisadora: *Eles têm cuidado com ela, e a protegem?*

Participante: *Têm mesmo, todos amam ela aqui em casa, prá mim **ela é bem novinha, ainda é um bebezinho.***

Referente estas falas concluímos que Amanda é cuidada e protegida pelos familiares. Além disso, pode-se perceber que é tratada pela mãe como um bebezinho, ou seja, compreende que deve ter um cuidado maior com a mesma. Essa é uma narrativa comum em narrativas de pais com filhos com deficiência. As crianças com deficiência intelectual suscitam isso de forma mais veemente, provavelmente em razão de seu desenvolvimento mais lento. Entretanto, esse é um discurso que deve ser desconstruído, visto que a criança com deficiência intelectual não será um bebê para sempre. O seu desenvolvimento fisiológico ocorrerá como em qualquer ser humano seguindo as mesmas etapas, caso não haja outro comprometimento orgânico nessa ordem. E o desenvolvimento psicológico também irá ocorrer, necessitando aí da intervenção da família e de outros tipos de apoios necessários ao estímulo cotidiano da criança, adolescente ou adulto com deficiência intelectual. O processo de desenvolvimento é algo que acontece com todas as pessoas e ao longo de toda a vida como discutido por Dias (2014).

A descrição de Aline nos dá indicadores de que Amanda seja bem cuidada por todos os membros da família, no entanto, com um cuidado que pode dificultar o seu pleno desenvolvimento no que diz respeito a autonomia em sua vida futura. Nesse sentido, é importante que a família tenha momentos de convívio com outros pais que também tenham filhos com deficiência para que possam trocar experiências significativas de educação de filhos. A escola pode ser um excelente meio para aglutinar esses pais e, de alguma forma subsidiá-los com informações sobre desenvolvimento, aprendizagem, educação, inclusão e outros temas afins.

Giorgi (1980) reforça a condição da família como agente de no processo de desenvolvimento dos filhos,

A família é o principal agente de socialização da criança, preside aos processos fundamentais do desenvolvimento psíquico e à organização da vida afetiva e emotiva da criança. Acrescenta ainda, que como agente socializado e educativo primário, ela exerce a primeira e a mais indelével influência sobre a criança. (p. 26)

Dessa forma, percebemos a importância da influência familiar na educação e no desenvolvimento de uma criança. Além da função dos cuidados básicos de manutenção da vida, tais como alimentação, vestuário, cuidados com a saúde, é sem dúvida, a família quem conduz os primeiros passos da socialização da criança e do seu desenvolvimento afetivo.

## 5.2 O convívio social

O convívio social para crianças que apresentam ou não deficiência intelectual é fundamentalmente importante para seu desenvolvimento. Ao tratar das funções psicológicas no desenvolvimento da criança, Vigotski (1998) as classifica em dois momentos:

Primeiro no nível social, e, depois, no nível individual; primeiro entre pessoas (interpsicológica), e, depois, no interior da criança (intrapsicológica). Isso se aplica igualmente para atenção voluntária, para a memória lógica e para a formação de conceitos. Todas as funções superiores originam-se das relações reais entre indivíduos humanos. (p.75)

Ao entrar na escola a criança amplia o seu círculo social, que antes era preenchido no contexto familiar. Na escola, descobre possibilidades de compartilhar, de defender-se, de perceber-se igual em alguns aspectos e diferente em outro.

Pesquisadora: *Amanda participa de outras atividades esportivas comunitárias de lazer?*

Participante: *Não, só pela a escola mesmo.*

Para muitas crianças e, em especial para aquelas com deficiência intelectual, a escola é a única referência socialização fora da família. A narrativa de Aline dá indicativo que também para Amanda a escola apresenta um importante papel na vida social. Dessen e Polonia (2005) afirmam que “a escola deve visar não apenas a apreensão de conteúdo, mas ir além, buscando a formação de um cidadão inserido, crítico e agente de transformação, já que é um espaço privilegiado para o desenvolvimento das ideias, crenças e valores” (p. 304). É no espaço da escola que acontecem os diversos encontros que provocam ressignificação de ideias

modos de ser. Mas esse não deve ser o único espaço de socialização da criança com deficiência intelectual. Gradativamente, outros ambientes devem ser conquistados.

Pesquisadora: *Quando têm festividades na comunidade ela se envolve?*

Participante: ***Ela não tem vontade de sair assim não, aqui ela quer só descer pra brincar, quer ir porque ela vê os outros brincando.***

Pesquisadora: *Ela brinca na escola, na vizinhança com as outras crianças?*

Participante: *Sim, e em casa.*

Aline reforça a restrição nos contatos sociais de Amanda. Amanda parece ter, sim, um convívio social e interação com as pessoas, porém de forma restrita, pois de acordo com Aline ela convive apenas com familiares, vizinhos e colegas da escola. Quando indagada se Amanda participa de atividades esportivas comunitárias, Aline respondeu que a mesma participa de atividades esportivas: *“só pela escola mesmo”*. Assim, sua diversão, lazer, contatos sociais, parecem estar restritos àquele espaço. Entretanto, Amanda não é uma criança que fica isolada, brinca e interage com amigos, mas poderia interagir com mais pessoas, como por exemplo, ir à igreja, conhecer a praça, onde tem parques e assim ter contato com mais pessoas. De acordo com Pinto e Sarmiento (1997),

Considera-se que o convívio social é o principal responsável por mudanças de atitudes e de condutas reveladoras de uma nova sensibilidade, de reconhecimento e, também, de valorização das crianças. É então, do ponto de vista educativo, que a família deixa de ser a única detentora da função educativa, perdendo neste sentido o monopólio no processo de informação e de formação da criança. Esta função educativa passa a ser partilhada entre dois agentes educativos fundamentais: a família e a escola. Ambos passam a compartilhar esta tarefa. (p.33)

À medida que vai sendo possibilitado à criança o acesso aos novos espaços, ela tem a oportunidade de testar novas visões de mundo e experimentar diferentes possibilidades de relacionar-se com o outro e descobrir a si mesma nessa relação. Para a criança e para o adolescente com deficiência intelectual isso é fundamental. Ainda que existam os receios e proteção da família, mas algumas estratégias devem ser pensadas para que a criança ou o adolescente seja protegido, porém sem que se retire a sua liberdade de exploração do mundo.

É importante que o que aprende na escola seja transposto para o mundo. Assim, a família pode, por exemplo, pedir que a criança faça pequenas compras pertinho de casa, de forma a ser monitorada. Como o tempo esse espaço de liberdade de escolha vai sendo ampliado gradativamente.

Vimos falando da obrigação da família em cuidar e manter o filho com deficiência em segurança ao mesmo tempo em que proporciona condições de desenvolvimento. Mas temos que ter clareza que não é uma situação tão tranquila para a família. Especialmente aquelas que têm uma pessoa com deficiência e têm poucas referências, poucas informações, sentem medo de errar, de serem culpabilizadas. Muitas vezes, restringem o convívio da criança em nome de um amor ou de um cuidado sem uma avaliação crítica. Assim, mais uma vez a escola deve entrar como parceira no sentido de orientar a família para que se sinta mais segura e menos culpada no trato cotidiano com os filhos com deficiência.

### **5.3 Informações da família quanto à deficiência que a adolescente apresenta**

Conhecer sobre a deficiência é uma das coisas que devem acontecer quando se descobre que chegou um bebê com essa condição. Mas nem sempre isso acontece. Muitas vezes a família passa anos com informações muito básicas ou equivocadas que não permite maiores avanços com o filho.

*Pesquisadora: Conte-me a história escolar de Aline. Com que idade ela foi para a escola na primeira vez?*

*Participante: Ela não foi pra escola, assim, logo não, ela tinha aquela deficiência assim, de babar muito, e eu pensava também que ela não podia estudar. Aí eu fui colocar ela na escola com 4 anos”.*

A falta de informação acerca da deficiência fez com que a mãe de Amanda a matriculasse na escola tardiamente. Sabemos que o início da escolarização na Educação Infantil se dá a partir dos quatro anos, no entanto, a criança com algum tipo de deficiência deve ser encaminhada ainda nos primeiros meses de vida a um serviço de estimulação precoce para facilitar o seu processo de desenvolvimento. Esse tipo de informação, entretanto, parece não ser corrente entre a população. A mãe de Amanda demonstra não ter recebido esta informação quando a filha era menor “*ela não foi pra escola assim logo não*”, indicando que

poderia ter sido diferente, caso ela tivesse sido esclarecida antes “*aí eu fui colocar ela na escola com 4 anos*”.

Aline demonstra que não tinha conhecimento, não só do atendimento precoce, mas também da própria possibilidade de que Amanda viesse a estudar “*eu pensava também que ela não podia estudar*” por ter “*aquela deficiência assim, de babar muito*”. Assim percebemos, também nesta narrativa da mãe, indicadores de que não faz parte do senso comum a compreensão de pessoas com deficiência intelectual tem capacidade de desenvolvimento e aprendizagem, o que deve servir de alerta aos profissionais da área de saúde, que são, sem dúvida os primeiros a terem contato com crianças com deficiências. Esses profissionais devem ser orientadores de caminhos a serem seguidos pelos pais com seus filhos. Eles representam os primeiros contatos que a família tem com informações sobre deficiência. É importante que os profissionais da saúde esclareçam sobre possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem e indiquem que os pais busquem espaços para que isso aconteça. Por seu turno, os profissionais da educação devem estar preparados para receber esse aluno a partir de um referencial teórico consistente sobre desenvolvimento humano e metodologias de ensino que contemplem as necessidades educacionais específicas de cada aluno, que no caso de Amanda está relacionada à deficiência intelectual.

*Pesquisadora: Que avanços a senhora percebeu em Amanda depois que começou a ir para a escola?*

*Participante: Melhorou dela ficar mais ativa, ela não tinha animação pra nada, antes a gente pedia as coisas a ela, ela não sabia de nada. Aí depois que ela vai para lá é bem recebida, ela é uma benção. Aí peço cada vez a mão de Deus na vida dela, todo dia, minha filha é tudo.*

De acordo com o relato da mãe, Amanda teve progressos após o ingresso na escola principalmente no que diz respeito ao comportamento: “*melhorou dela ficar mais ativa, ela não tinha animação pra nada*”; e ao campo cognitivo: *antes agente pedia as coisas a ela, ela não sabia de nada*. Desta forma, verificamos na prática que a inclusão escolar apresenta resultados, mesmo que as crianças para apresentarem resultados seja por meio de um processo lento, mas é uma conquista cotidiana que beneficia a própria criança. Outro ponto relevante é o progresso no movimento motor fino de Amanda.

Pesquisadora: *Quais as dificuldades demonstradas no cotidiano por Amanda?*

Participante: *Com 4 anos que a gente dava comida na boca dela, porque a mão dela não tinha tato de pegar na colher pra comer, mas agora ela come sozinha, só as vezes quando ela tem febre que a gente tem que ter cuidado com ela, por que ela fica bem fraquinha de repente.*

Por meio dessa narrativa de Aline é possível ter indicadores de que Amanda também teve progressos no movimento motor fino: “*com 4 anos que a gente dava comida na boca dela, porque a mão dela não tinha tato de pegar na colher pra comer, mas agora ela come sozinha*”, é uma pequena ação que significa muito para alguém que dependia de outro para poder comer. E para a família é uma ação que podem ser percebida como uma conquista de Amanda.

Comumente ouvem-se relatos de mães narrando que logo que descobriram que seus filhos tinham deficiência, muitas vezes logo após o nascimento, alguém da equipe de saúde chegou e disse que não esperasse muito dessas crianças. Essa é uma informação contraproducente. A família deixa de estimular por achar que não acontecerão resultados. Quando na verdade sabemos que as primeiras estimulações são essenciais para qualquer criança pequena, com deficiência ou não. Assim, o tocar, conversar, movimentar, brincar, ensinar a manipular objetos, tais como usar a colher, e outros, devem acontecer com todos. A falta de informação ou a informação inadequada prejudica ou atrasa o desenvolvimento da criança com deficiência intelectual.

#### **5.4 A relação entre a família e a escola**

Como temos discutido, é essencial que a família e a escola caminhem de mãos dadas. No nosso caso em estudo, conforme relata a mãe, há uma boa relação com a escola em que Amanda estuda.

Pesquisadora: *Você conhece o cotidiano escolar de Amanda?*

Participante: *Sim, não vou deixar ela na escola todo dia, mais meu filho vai e leva ela, por que ele estuda lá na escola, leva e traz. Participo das reuniões e às vezes vou deixar ela na escola.*

A relação entre Aline e a escola em que Amanda estuda é uma relação saudável, onde Aline ou seu filho tem o cuidado de levar todos os dias Amanda para a escola. Além disso, Aline também participa de reuniões escolares. Dessen e Polonia (2005, p. 304) versam sobre pais e escola terem uma boa relação “Quando a família e a escola mantêm boas relações, as condições para um melhor aprendizado e desenvolvimento da criança podem ser maximizadas”. Nesse sentido, as autoras expressam a importância da família e da escola serem parceiras. Acredita-se que havendo essa boa relação quem é beneficiada é a criança, que quando apresentar dificuldades tanto a escola quanto a família estarão auxiliando e facilitando o seu ensino aprendizagem.

Pesquisadora: *Então vocês têm muita confiança no trabalho que a escola faz?*

Participante: *Sim, muita confiança uma escola muito boa, não tenho nada que reclamar não.*

Diante dos relatos da mãe entrevistada a relação da família com a escola é boa, percebemos também que juntas estão ajudando a adolescente a superar suas dificuldades. Além disso, a garota está socializando melhor depois que começou a estudar. Podemos concluir que a família e a escola tem uma relação de parceria no desenvolvimento da menina.

Desta forma, quando família e escola se unem, os resultados sem dúvida, serão sempre positivos e os favorecidos serão sempre a criança ou o adolescente em suas necessidades apresentadas. As crianças interagem a maior parte do tempo com os pais, porém, existem outras pessoas que desempenham um importante papel no desenvolvimento global, como: os professores e os colegas, entre outros. Nesse sentido a parceria entre família e escola deve ser cada vez mais estreita, de forma que juntos e sempre considerando as necessidades da criança ou do adolescente com deficiência, possam construir uma escola verdadeiramente inclusiva.

### 5.5 Estratégias utilizadas pela família para o desenvolvimento e aprendizagem

Para que Amanda tivesse a oportunidade de todos esses progressos, mesmo não tendo conhecimento de que a filha pudesse vir a estudar um dia, Aline foi em busca desse direito.

Pesquisadora: *Quem lhe informou que Amanda podia estudar?*

Participante: ***Eu fui lá na escola, na APAE e perguntei se ela podia, levei os documentos dela, falei a situação dela, ai disseram que podia, disseram que ela podia estudar em qualquer escola.***

A partir dessa ação de Aline foi que Amanda teve a possibilidade de frequentar a escola comum, ampliou seu convívio social e vem se desenvolvendo gradativamente cada dia mais. Quando Aline teve informação de que a filha poderia frequentar a escola, a primeira coisa que fez foi levantar os documentos necessários para que Amanda usufruísse de tal direito. Amanda também conta com o apoio dos irmãos para o seu aprendizado, um deles é o responsável de levá-la para a escola, outra ajuda nas tarefas escolares, conforme Aline relata:

Pesquisadora: *Como é o acompanhamento do aprendizado de Amanda em casa? Quem é o responsável, quem que pega o caderno dela quando chega da escola?*

Participante: *Só quem pega o caderno dela é minha filha Clara, pra ver o que ela fez na escola para ajudar ela.*

Percebe-se na narrativa de Aline que há uma divisão de tarefas e um envolvimento da família com Amanda. Seguindo esta mesma linha de pensamento nos afirma Nunes (2004),

*A Família, quando estável e coesa, é o espaço mais próprio para descobrir e viver o amor; é o ambiente privilegiado para se realizar a primeira socialização; é o porto de abrigo onde se partilham experiências, se trocam pontos de vista e se elaboram as sínteses pessoais a partir dos dados recolhidos nas múltiplas vivências. (p. 33)*

Sendo assim, é notável o apoio que Amanda recebe de seus familiares, tal apoio que é essencial para seu desenvolvimento. Além disso, podemos concluir que as principais ações

das famílias com um filho com deficiência deve girar em torno de oferecer oportunidades. No caso de Amanda toda família parece ser envolvida no processo aprendizagem da mesma, mesmo por meio de simples ações, como o levá-la para a escola, auxílio nas tarefas escolares, a busca de informações etc. Cabe ressaltar que todas essas ações são de grande importância para o progresso conquistado por Amanda e certamente pelos que ela ainda irá conseguir.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo foi realizado com o intuito de compreender e identificar os benefícios da relação da família com a escola para o desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual, baseada no pensamento e crença da pesquisadora de que a família é a primeira instituição que a criança tem contato com conhecimentos que estimulam a formação da personalidade, transmissão de valores e crenças, concordando com o autor Kreppner (2000).

A partir desse estudo foi possível conhecer sobre a trajetória das pessoas com deficiência até chegar os dias atuais. Vimos desde a História Antiga, Medieval, Moderna até chegarmos ao século XXI. Pudemos conhecer as mudanças no pensamento ocidental que, inicialmente, concebia pessoas com deficiência como inúteis, possuídas ou coitadinhas, até os dias atuais quando se fala de garantias de direitos e inclusão nos diversos campos sociais. Hoje conforme expresso na Declaração de Salamanca é direito da pessoa com deficiência ser tratado com respeito, direito a saúde, lazer/convívio social e direito a educação. Também dispositivos como a nossa Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o recentemente publicado Estatuto da Pessoa com Deficiência, dentre outros, garantem a inclusão e o bem-estar das pessoas com deficiência e chamam a família ao engajamento na luta por melhoramento das condições já existentes.

Com todos esses direitos regidos em leis, cabe à família, na qual tenha uma pessoa com deficiência, buscar orientações e em seguida exigir que tais direitos sejam exercidos e seu filho seja o beneficiado. Cabe relatar que foi o que aconteceu com a família objeto desse estudo. A mãe foi em busca de melhoras para a filha com deficiência intelectual, e por meio desse ato ela hoje estuda, tem uma vida social, e de sua forma e particularidades tem contato com todos. Além disso, vale ressaltar que a partir de todos esses direitos oferecidos a adolescente aqui observada desenvolveu o aspectos social, o acadêmico no que se refere o expressar o que deseja, porém de acordo com sua capacidade de comunicação, e desenvolveu a coordenação motora consegue pegar a colher o que antes não conseguia. Sendo assim todas

essas conquistas foram alcançadas por intermédio do esforço da família que mesmo presenciando as dificuldades da filha não a abandonou, tão pouco, designou a mesma como uma incapaz. Pelo contrário buscou ajuda nas instituições especializadas que dispõem de meios que auxiliem no desenvolvimento de pessoas com necessidades educacionais especiais.

Dessa forma, de acordo com a mãe, a adolescente diagnosticada com deficiência intelectual evidenciou progressos. Vale ressaltar que o apoio da família para esse progresso foi importante, mas também mostrar o relevante auxílio da educação inclusiva no processo de aprendizagem e inclusão social.

A pesquisa propiciou elementos para afirmarmos que na família, alvo de nosso estudo de caso, permanecem algumas concepções antigas sobre deficiência, como a ideia de que uma pessoa com deficiência intelectual não precisa estudar; que ela é como se fosse um anjo que veio para ser amada pela família; que não irá desenvolver-se, mas permanecer uma eterna criança. Porém esta ideia está sendo contrariada a partir do próprio desenvolvimento e aprendizagem de Amanda. A busca pela informação, realizada pela mãe, fez a vida de Amanda mudar completamente.

Cabe ainda destacar uma possível falha do serviço de saúde, especificamente no que diz respeito à orientação do que seja a deficiência e as possibilidades educacionais de Amanda. Parece não ter sido informado para a mãe, inicialmente que mesmo apresentando deficiência intelectual, Amanda tem possibilidades de aprendizagem e que o seu convívio em diferentes meios beneficiaria o seu desenvolvimento.

Segundo o estudo aqui realizado também foi possível notar o envolvimento de toda a família em auxiliar Amanda em seu aprendizado, primeiramente a mãe que foi em busca de orientações a respeito do direito ao ingresso na escola, e segundo, os irmãos auxiliando no âmbito do cuidar, proteger e auxiliar nas tarefas escolares.

Quanto à relação da família e a escola é possível afirmar que esta relação é de parceria, pois ambas trabalham juntas em busca do desenvolvimento de Amanda. Vale ressaltar que todos esses progressos são consequência da parceria entre família e escola, onde a primeira auxilia com apoio e cuidados e a segunda com métodos trabalhados na sala de AEE e na sala regular. Porém, acredito que a contribuição da família é ainda maior, pois sem o apoio e dedicação desta, Amanda até hoje permanecia em casa.

Concluo o referido estudo mostrando a relevância da família e da educação especial para o progresso das pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais. Com este estudo foi possível reafirmar a importância da família para o desenvolvimento de filhos com

deficiência intelectual.

Acredito que esta pesquisa possa servir como auxílio a outras famílias que tenham filhos com deficiência. Da mesma forma, desejo que sirva de subsídio para futuros pesquisadores com pesquisa no âmbito educacional e para os professores, especialmente, aqueles que atuam no sistema educacional de Cruzeiro do Sul.

## REFERÊNCIAS

AAIDD – Asociación Americana de Discapacidades Intelectuales y de Desarrollo. (2011). *Discapacidad intelectual: definición, clasificación y sistemas de apoyo* (11a ed.). (M. A. Verdugo Alonso, Trad.). Madrid: Alianza.

Aranha, M.S.F. (2001). **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência**. Revista do Ministério Público do Trabalho, XI (21).

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente (1990). **Estatuto da criança e do adolescente: lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata [recurso eletrônico]**. – 9. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 207 p. – (Série legislação ; n. 83)

BRASIL. Vademecum, Constituição da república federativa do Brasil de 1988. São Paulo: Saraiva, 2008.

Brasil. Secretária Especial dos Direitos Humanos. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde. 1994. Disponível em: <[http://www.centroruibianchi.sp.gov.br/usr/share/documents/Decl\\_Salamanca.doc](http://www.centroruibianchi.sp.gov.br/usr/share/documents/Decl_Salamanca.doc)>. Acesso em: 27 out. 2015.

CARNEIRO, G.R.S.; MARTINELLI, S.C.; SISTO, F.F. **Autoconceito e dificuldades de aprendizagem na escrita**. Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 427-434, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-9722003000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-9722003000300002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 02 nov. 2015.

Deslandes, S. F. **Pesquisa Social: Teoria, Método e criatividade**/Suely Ferreira Deslandes, R. G.; M. C.S. M. (organizadora). 28. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DESSEN; M. A.; POLONIA, A.C. **A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano**. Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>>. Acesso em 01 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola.** Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v9n2/v9n2a12.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

DIAS, S. de S. (2004). **O sujeito por trás do rótulo: significações de si em narrativas de estudantes de ensino médio com indicação de deficiência mental.** Universidade de Brasília, Brasília.

\_\_\_\_\_. (2014). **A quem serve o diagnóstico de deficiência intelectual? Um estudo do desenvolvimento adulto na perspectiva da Psicologia dialógica.** Universidade de Brasília, Brasília.

DIOGO, J, M. L. (1998). **Parceria Escola – Família – A caminho de uma Educação Participada.** Coleção Escola e Saberes, Porto Editora, Porto.

EVANGELISTA, F; GOMES, P. de T. (orgs) **Educação para o pensar.** Campinas: Alínes, 2003.

FREITAS, S. N. et.al. **Tendências Contemporâneas de Inclusão.** 2008: UFSM. p. 42.

FRIAS, E. M. A. (2008). **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do Ensino Regular.** Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>. Acesso em: 30 jun 2015.

GIORGI, P. (1980). **A criança e as suas instituições – a família / a escola.** Livros Horizonte, Lisboa.

KALOUSTIAN, S. M. (org.) **Família Brasileira, a Base de Tudo.** São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1988.

KREPPNER, K. (2000). The child and the family: Interdependence in developmental pathways. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 16(1), 11-22.

MAHONEY, A. A. (2002). **Contribuições de H. Wallon para a reflexão sobre as questões educacionais.** In V.S. Placco (Org.), *Psicologia & Educação: Revendo contribuições* (pp. 9-32). São Paulo: Educ.

- MANTOAN, M. T. (org.). **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais**, São Paulo: Scipione.1988.
- MARCONE, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MENDES, E. G. A. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./ dez. 2006a.
- MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- NUNES, T. (2004). **Colaboração Escola – Família. Para uma escola culturalmente heterogênea**. Acime Editor, Porto.
- OLIVEIRA, J. (1994). **Psicologia da educação família**. Livraria Almedina, Coimbra.
- PETZOLD, M. (1996). The psychological definition of "the family". Em M. Cusinato (Org.), *Research on family resources and needs across the world* (pp. 25-44). Milão: LED-Edizioni Universitarie.
- PESSOTI, I. (1984). *Deficiência mental: da superstição à ciência*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (1994). **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: EDUSP.
- PINTO, M.; SARMENTO, M.J. (Coord.). **As crianças: contextos e identidades**. Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 1997.
- REGO, T. C. (2003). **Memórias de escola: Cultura escolar e constituição de singularidades**. Petrópolis, RJ: Vozes.
- RODRIGUES, O. M. P. R.. **Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente** / Olga Maria Piazzentim Rolim Rodrigues, Elisandra André Maranhe In: *Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental* / Vera Lúcia Messias Fialho Capellini (org.). – Bauru : MEC/FC/SEE, 2008.
- SASSAKI, R. K.. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, A. M. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos/** Aline Maria da Silva. – Curitiba: Obpex, 2010. (Série Inclusão Escolar).

SILVA, L. M. G. (2008). **Educação especial e inclusão escolar sob a perspectiva legal.** Disponível em: <http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/BP05.pdf>. Acesso em: 07 de novembro de 2015.

SILVA, O. M. **A Epopéia Ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje.** São Paulo: Ed. CEDAS, 1986.

\_\_\_\_\_. **Epopéia Ignorada: A História da Pessoa Deficiente no Mundo de Ontem e de Hoje.**1987.

VIGOTSKY, L. S.; COLE, M. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WANDERER, A. (2012). **Violência intrafamiliar contra pessoas com deficiência: discutindo vulnerabilidade, exclusão social e as contribuições da psicologia.** Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, DF, Brasília, Brasil.

\_\_\_\_\_. (2015). **A violência como tema transversal aos estudos sobre a deficiência: interconexões necessárias.** Universidade de Brasília, DF, Brasília, Brasil.

## APÊNDICES



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

### Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. \_\_\_\_\_ (*nome completo do responsável pela instituição*),  
 da \_\_\_\_\_ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização da pesquisa  
 \_\_\_\_\_  
 de responsabilidade do(a) pesquisador(a) \_\_\_\_\_,  
 aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de  
 Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de  
 Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. \_\_\_\_\_.

O estudo envolve a realização de \_\_\_\_\_ (*entrevistas, observações e filmagens etc*) do atendimento \_\_\_\_\_ (*local na instituição a ser pesquisado*) com \_\_\_\_\_ (*participantes da pesquisa*). A pesquisa terá a duração de \_\_\_\_\_ (*tempo de duração em dias*), com previsão de início em \_\_\_\_\_ e término em \_\_\_\_\_.

Eu, \_\_\_\_\_ (*nome completo do responsável pela instituição*), \_\_\_\_\_ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da instituição onde os dados serão coletados*), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de sua corresponsabilidade como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

\_\_\_\_\_ (local), \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (data).

\_\_\_\_\_  
 Nome do (a) responsável pela instituição

\_\_\_\_\_  
 Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

**Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB**

**Polo:** \_\_\_\_\_

**Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a)** \_\_\_\_\_

**Instituição:** \_\_\_\_\_

### **Carta de Apresentação**

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. Sa o(a) cursista pós-graduando(a) \_\_\_\_\_ que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
 Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Profª Drª Diva Albuquerque Maciel**



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

---

### Termo de consentimento livre e esclarecido

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre \_\_\_\_\_ . Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de \_\_\_\_\_ (explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como \_\_\_\_\_ (explicitar instrumentos de coleta de dados), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone \_\_\_\_\_ ou no endereço eletrônico \_\_\_\_\_. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Pesquisador

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Participante Voluntário

Nome do Participante Voluntário: \_\_\_\_\_

E-mail(opcional): \_\_\_\_\_

## ANEXOS



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS  
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

---

### Roteiro de entrevista

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Horário de início: \_\_\_\_\_

Horário de término: \_\_\_\_\_

Lugar da entrevista: \_\_\_\_\_

Ocupação/trabalho: \_\_\_\_\_

Horário de trabalho: \_\_\_\_\_

Nível de escolaridade: \_\_\_\_\_

Número de filhos: \_\_\_\_\_

1. Fale-me sobre o cotidiano de sua família.
2. Como é a sua relação com Amanda?
3. Como é a convivência entre Amanda e os irmãos?
4. Fale-me sobre a deficiência de Amanda. (Qual é a deficiência? O que significa esta deficiência? Como e quando descobriu? Quais as informações que você tinha à época?)
5. Como a família (irmãos, pai, mãe) lidam com a questão da deficiência de Amanda?
6. Conte-me a história escolar de Amanda. Teve reprovações?
7. Quais as atividades escolares mais evidenciadas por Amanda?
8. Quais as atitudes tomadas pela família em relação às dificuldades demonstradas por Amanda?
9. Você conhece o cotidiano escolar de Amanda? Se sim, fale sobre ele.

10. Como é o acompanhamento do aprendizado de Amanda em casa? Quem é responsável?
11. Amanda participa de algum atendimento especializado referente a sua deficiência?
12. Amanda participa de outras atividades (esportivas, comunitárias, lazer etc.)?
13. Fale sobre a escola em que Amanda estuda.
14. Quais os momentos em que a escola conta com a participação da família?
15. Quais os membros da família que mais participa do cotidiano escolar de Amanda?
16. Como você avalia o papel Amanda?